

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: Kaiapó

Data: 22 de Outubro de 1980

Pg.: \_\_\_\_\_

## Os editoriais sobre os índios

Sr.: Os antropólogos paulistas, reunidos com a Diretoria Nacional, na assembleia regional da Associação Brasileira de Antropologia, dirigem-se aos editores de O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde para manifestarem sua apreensão com o teor dos editoriais publicados respectivamente nos dias 4 e 9 de setembro. A violência verbal dirigida simultaneamente contra os indígenas brasileiros e os grupos profissionais empenhados em sua defesa surpreendeu aqueles que acreditavam na posição liberal e esclarecida desses grandes jornais, porque estavam acostumados a encontrar nos seus noticiários e reportagens uma descrição objetiva da situação das populações tribais.

Os ataques recentes de grupos Kaiapó a pobres peões e suas famílias constitui certamente fato gravíssimo e lamentável. Entretanto, na apuração das responsabilidades, é necessário reconhecer que todos esses incidentes ocorreram justamente em reservas (já demarcadas ou ainda em fase de demarcação) onde tem havido invasões sistemáticas por parte de fazendeiros, garimpeiros e madeireiros e onde os limites das terras indígenas vêm sendo continuamente alterados ao sabor de pressões políticas. Fatos deste tipo têm sido presenciados e denunciados por antropólogos e indigenistas, e os próprios índios recorrem repetidamente ao governo federal pedindo providências contra esses abusos, alertando contra a situação de tensão que vem sendo criada em toda a região.

Ante a gravidade desta situação, e para a proteção tanto de índios quanto de brancos, é preciso esclarecer mais uma vez que a única forma de evitar a repetição de incidentes sangrentos é a imediata demarcação das reservas, a proteção de seus limites e a execução de um programa consistente e viável de assistência a povos indígenas que se defrontam hoje com a ameaça aterradora da extinção física provocada pela destruição de seus meios de subsistência.

Essa possibilidade de destruição física não é mera fantasia de antropólogos românticos nem memória de um passado distante. O exemplo recente dos Kreen-Akore, que somavam um milhar em 1972, na época de sua pacificação e se acham reduzidos hoje a uma centena não é, infelizmente, um caso isolado. Ao contrário, apenas ilustra a situação real de todas as tribos recentemente "pacificadas", entre as quais se inclui a maioria dos grupos kaiapós. Entre nós, o processo de "pacificação" tem-se caracterizado pela disseminação de doenças, esbulho de terras tribais e criminosa destruição da flora e da fauna sobre a qual se assenta a economia indígena. Nessas condições, é impossível pensar os silvícolas brasileiros como "minorias privilegiadas".

Não é nenhuma crença na esdrúxula utopia de um comunismo selvagem que tem levado médicos, antropólogos, linguistas, jornalistas, fotógrafos e todos aqueles que, por necessidade profissional, têm testemunhado o que vem ocorrendo com as populações indígenas, a se levantar em sua defesa: ao contrário, é simplesmente a indignação que deriva do mais comedido senso de justiça. É verdade que todos esses grupos profissionais têm sistematicamente apoiado as reivindicações dos índios no sentido de exigir a demarcação e defesa das terras tribais. Mas esse apoio não pode ser interpretado como insuflação à violência, nem é necessário recorrer à hipótese de agitadores externos para explicar os ataques que ocorreram recentemente. Eles são consequência natural de um processo de violência generalizada que decorre da omissão

ou da convivência do Estado na apropriação, por particulares, das terras dos índios.

Num país em que milhares de hectares de floresta estão sendo objeto da mais vergonhosa especulação, onde projetos de desenvolvimento agrícola encobrem manobras escusas para a obtenção de empréstimos subsidiados, onde grupos indígenas têm sido removidos à força de seus territórios tradicionais (como os Nham-bikwara) para serem substituídos por uns poucos milhares de bois e meia dúzia de peões, não cabe denunciar índios como latifundiários. Nenhuma das reservas efetivamente demarcadas até hoje, onde se refugiam centenas de índios de grupos diversos, possui a extensão das imensas glebas em poder de empresas nacionais e multinacionais. Na verdade, os índios constituem a única parcela da população brasileira que não busca a ampliação de suas bases territoriais tradicionais e é inconcebível que neste país ainda tão despovoado não se possa, como manda a lei e exige a justiça, preservar alguns espaços para as tribos que os ocupam há séculos.

Uma campanha da imprensa, no sentido de exigir medidas punitivas, sem analisar o contexto em que se deu a violência, levanta suspeitas inquietantes. A verdade é que hoje, pela primeira vez, os indígenas estão se organizando e buscando formas de atuação política na defesa de seus direitos, iniciativas estas que resultaram na morte de 30 índios em menos de um ano e que não se confundem com os ataques violentos contra peões. É essa realidade nova que pode constituir uma ameaça a todos aqueles interessados na utilização, em benefício próprio, das terras tribais. A bandeira do revanchismo facilmente encontra respaldo em poderosos setores da sociedade, para os quais qualquer empecilho à expansão ilimitada da apropriação privada de recursos naturais é vista como ameaça comunista e subversiva. Neste momento, é importante uma análise objetiva e serena por parte de todos os órgãos que podem influenciar a opinião pública, para que os massacres recentes não sirvam de pretexto à repressão de toda a organização autônoma dos grupos tribais. Eunice Ribeiro Durham, presidente, e Josillette Gomes Consorte, secretária regional da Associação Brasileira de Antropologia.

N.da.R. — Aquiletem-se os membros da Associação Brasileira de Antropologia e ensarilhem suas armas: contrariamente ao que entenderam (ou ao que quiseram entender) não buscamos nenhum tipo de "revanchismo" quando pedimos que se apurem, em toda a extensão e profundidade, os incidentes que, no passado mês de setembro, culminaram com o massacre de colonos "brancos" e suas famílias em mãos dos índios kaiapós. Buscamos, isto sim, não ser míopes, para podermos interpretar a situação pelo seu todo, em toda a sua globalidade, sem fechar um dos olhos para abrir mais o outro. A antropologia, que se ocupa do homem, não pode transformar-se numa antropofagia para destruir o homem, engolindo-o com as próprias vísceras. A carta que publicamos é manifestação fundada numa visão preconceituosa, que — a par dos respeitáveis argumentos invocados — tenta impor uma leitura esquemática, fundada em idéias rígidas e supostamente infalíveis sobre a realidade brasileira, na qual se inscrevem os silvícolas. Na política ou na vida social, as idéias "infalíveis" têm sido habitualmente as grandes responsáveis pelos grandes desastres. A rigidez é uma idéia antropofágica, que pouco tem a ver com a verdadeira antropologia, mesmo quando atua em seu nome.